

CONCURSO PÚBLICO SALGUEIRO - G.2 - TÉCNICO



TÉCNICO CONTÁBIL

INSTITUTO
igeduc
CONCURSOS E SELEÇÕES COM INTEGRIDADE

100 QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

1. Sob pena de ELIMINAÇÃO do candidato, é proibido: **folhear este caderno de questões antes do horário de início da prova determinado em edital**; levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala; manter qualquer tipo de comunicação entre os candidatos; portar aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, receptor, gravador etc. ainda que desligados; anotar o gabarito da prova em outros meios que não sejam o Cartão de Respostas e este Caderno de Questões; fazer consulta em material de apoio ou afins.
2. No Cartão Resposta, confira seu nome, número de inscrição e cargo ou função, assine-o no espaço reservado, com caneta de cor azul ou preta, e marque apenas 1 (uma) resposta por questão, sem rasuras ou emendas, pois não será permitida a troca do Cartão de Respostas por erro do candidato.
3. Quando terminar sua prova, você deverá, OBRIGATORIAMENTE, entregar o Cartão de Respostas devidamente preenchido e assinado ao fiscal da sala, pois o candidato que descumprir esta regra será ELIMINADO.
4. Você deve obedecer às instruções dos coordenadores, fiscais e demais membros da equipe do Igeduc – assim como à sinalização e às regras do edital – no decorrer da sua permanência nos locais de provas.
5. Estará sujeito à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, o candidato que utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, o conteúdo sigiloso deste certame, conforme previsto no Código Penal (DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940), em especial o disposto no Art. 311-A, incisos I a IV.

NOME

CPF

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

- Cada um dos itens desta prova objetiva está vinculado a um comando que o antecede, permitindo, portanto, que o candidato marque, no cartão resposta, para cada item: o campo designado com o código V, caso julgue o item CERTO, VERDADEIRO ou CORRETO; ou o campo designado com o código F, caso julgue o item ERRADO, FALSO ou INCORRETO.
 - Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva, o qual deve ser preenchido com cuidado pois marcações incorretas, rasuras ou a falta de marcação anularão a questão.
 - Para a análise dos itens (proposições / assertivas), considere seus conhecimentos, o teor do item e, quando aplicável, o texto a ele vinculado.
 - Nos itens que avaliarem conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
 - Você poderá consultar a cópia digital desta prova, dos gabaritos preliminar e final e acessar o formulário de recursos em concursos.igeduc.org.br.
-

**QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
(de 1 a 70)**

Julgue os itens a seguir.

01. Ao seguir as Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público, os gestores privados têm acesso a informações contábeis mais confiáveis e relevantes, o que facilita a gestão financeira e a tomada de decisões estratégicas. As normas contábeis fornecem diretrizes para o registro e a mensuração adequados dos ativos, passivos, receitas e despesas.
02. A contabilidade desempenha um papel crucial no controle da administração pública, assegurando que as atividades financeiras estejam em conformidade com as normas, regulamentos e procedimentos estabelecidos. Por meio da aplicação de princípios contábeis sólidos e da manutenção de registros precisos, a contabilidade garante a transparência e a legalidade das operações financeiras governamentais.
03. Considere uma empresa privada que está sujeita à Lei Orçamentária Anual e tem uma dotação orçamentária para investimentos em pesquisa e desenvolvimento. O contador da empresa é responsável por garantir que as despesas relacionadas a esses investimentos sejam devidamente registradas e apresentadas nas demonstrações contábeis conforme estabelecido na LOA.
04. O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) estabelece normas e procedimentos contábeis para os órgãos e entidades do setor público brasileiro. Ele busca padronizar as práticas contábeis, garantindo a qualidade e consistência das informações financeiras e contábeis apresentadas pelas entidades governamentais.
05. A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) é um relatório contábil que evidencia as mudanças no patrimônio líquido de uma entidade pública durante um determinado período. Para isso, a contabilidade desempenha um papel crucial na identificação, registro e classificação dessas variações patrimoniais, que podem ser resultantes de transações que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, tais como receitas, despesas, ganhos e perdas.
06. Um órgão federal utiliza os procedimentos contábeis orçamentários da Portaria-Conjunta STN/SOF nº 02/2016 para elaborar seu plano plurianual de investimentos. Cabe, então, ao departamento de contabilidade fornecer informações orçamentárias detalhadas e atualizadas sobre as receitas, despesas, projetos e programas governamentais, para que, com base nessas informações, os gestores possam avaliar a viabilidade financeira dos investimentos propostos, priorizar recursos para áreas de maior necessidade e acompanhar a execução dos projetos de forma eficiente.
07. Suponha que um tribunal de contas esteja realizando uma auditoria nas contas de um estado que adota as diretrizes da Lei Complementar nº 101/2000. O contador público é responsável por colaborar com os auditores internos, fornecendo acesso aos registros contábeis e auxiliando na análise das operações financeiras.
08. Uma prefeitura elabora seu PPA (Plano Plurianual) com um foco significativo em projetos de infraestrutura, como a construção de pontes e estradas. Para assegurar que esses investimentos sejam corretamente contabilizados, a prefeitura adota as normas do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) para o reconhecimento e mensuração dos ativos imobilizados. Durante a execução do PPA, todas as despesas incorridas na construção desses ativos são registradas como investimentos em ativos imobilizados, e não como despesas correntes.
09. Uma das etapas do ciclo orçamentária é a execução, que é a etapa em que atos e fatos são praticados na Administração privada, para implantação da ação governamental, na qual ocorre o processo de operacionalização objetiva e concreta de uma política privada.
10. Os "Restos a Pagar" referem-se às despesas empenhadas, mas não pagas até o encerramento do exercício financeiro. A contabilidade desempenha um papel crucial no registro e controle desses compromissos financeiros não liquidados. É responsável por manter registros precisos desses valores, identificando sua origem, data de empenho e o exercício ao qual se referem.

11. Se um estado implementa um programa de recuperação de créditos da Dívida Ativa, utilizando informações contábeis para identificar os devedores com maior potencial de pagamento, cabe ao departamento de contabilidade colaborar na elaboração de relatórios de análise de risco de crédito e na definição de estratégias de cobrança personalizadas, visando aumentar a eficiência da recuperação dos valores devidos.
12. Um órgão governamental realiza empenhos para contratar serviços de infraestrutura conforme previsto no orçamento. Nesse sentido, podemos dizer que o departamento de contabilidade registra esses empenhos e monitora o fluxo de desembolsos para garantir que os pagamentos sejam realizados dentro dos prazos estabelecidos. Essas informações são utilizadas pelos gestores para acompanhar a execução do orçamento e tomar decisões operacionais.
13. Os Créditos Adicionais são instrumentos utilizados para a abertura de dotações orçamentárias adicionais ao orçamento originalmente aprovado. Sendo assim, a contabilidade desempenha um papel crucial no registro e controle desses créditos, garantindo que sejam devidamente autorizados, registrados e utilizados de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos.
14. A Lei de Diretrizes Orçamentárias é flexível quanto à execução do orçamento, como tetos de gastos e critérios para a realização de despesas. Os contadores desempenham um papel crucial na garantia da conformidade com essas disposições, assegurando que as atividades financeiras estejam em conformidade com as diretrizes estabelecidas na LDO e fornecendo informações precisas para a prestação de contas.
15. O controle das disponibilidades de caixa é essencial para uma gestão financeira eficiente no setor público. A contabilidade desempenha um papel fundamental ao registrar todas as entradas e saídas de recursos, proporcionando uma visão clara e atualizada da situação financeira da entidade pública.
16. A Lei nº 4.320/1964 estabelece mecanismos de controle dos recursos públicos, visando garantir a legalidade, a legitimidade e a economicidade na gestão financeira, ficando a fiscalização a cargo dos estados e municípios. Os contadores desempenham um papel essencial na prestação de contas, fornecendo informações claras e precisas sobre a utilização dos recursos públicos e colaborando com os órgãos de controle externo para garantir a transparência e a accountability na gestão financeira.
17. A Dívida Ativa compreende os valores devidos ao ente público, provenientes de créditos tributários, multas, taxas e outros débitos. A contabilidade desempenha um papel essencial no registro e controle desses valores, mantendo um registro detalhado de cada débito, incluindo sua origem, valor, data de vencimento e situação atual.
18. Por meio da análise dos registros contábeis, é possível identificar eventuais irregularidades, desvios ou uso indevido de recursos e também compreender como funciona a aplicabilidade dos recursos, possibilitando a adoção de medidas corretivas e a responsabilização dos envolvidos, além de garantir a punição correta.
19. Suponha que uma prefeitura esteja elaborando seu plano plurianual de investimentos em conformidade com a Lei complementar nº 101/2000. O contador público é responsável por garantir que o plano seja elaborado de acordo com os princípios contábeis e as diretrizes estabelecidas na LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), como o equilíbrio das contas públicas e a responsabilidade na gestão dos recursos. Isso envolve a avaliação da capacidade de pagamento do município, a projeção das receitas e despesas futuras e a identificação de medidas para garantir o equilíbrio fiscal.
20. Ao analisar os indicadores fiscais apresentados no relatório, os gestores podem identificar áreas que requerem atenção especial e adotar medidas corretivas para garantir o equilíbrio fiscal e a sustentabilidade das finanças públicas.
21. Se um estado utiliza o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público para elaborar seu Relatório de Gestão Fiscal trimestral, caberá ao departamento de contabilidade que segue as instruções do manual para preparar o relatório, que inclui informações sobre as receitas e as despesas.
22. Um município identifica despesas relacionadas a contratos de serviços não empenhadas no ano anterior devido a atrasos na execução dos serviços. Dessa forma, o departamento de contabilidade registra essas despesas como Despesas de Exercícios Anteriores, mantendo um controle detalhado dos valores e das circunstâncias que levaram ao seu não pagamento no exercício correspondente.
23. Um município adota as Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público para preparar suas demonstrações contábeis anuais. O departamento de contabilidade segue as diretrizes estabelecidas nas normas para registrar e relatar as transações financeiras do município, garantindo que as informações apresentadas sejam relevantes, confiáveis e comparáveis ao longo do tempo.
24. Uma câmara municipal contrata um serviço de consultoria em dezembro de um determinado ano, mas o pagamento pelo serviço só é realizado em janeiro do ano seguinte. Pelo regime de competência, a despesa deve ser reconhecida em dezembro, quando o serviço foi prestado, e não em janeiro, quando o pagamento foi efetuado.
25. Durante um processo judicial envolvendo um gestor público acusado de enriquecimento ilícito, o departamento de contabilidade fornece relatórios contábeis que evidenciam variações patrimoniais incompatíveis com a renda declarada pelo acusado e em especial identificam os maiores gastos públicos relacionados ao indicado.
26. A Lei nº 8.429/1992 estabelece normas e penalidades relacionadas aos atos de improbidade administrativa, visando garantir a probidade e a legalidade na gestão dos recursos públicos. A contabilidade desempenha um papel crucial na identificação, investigação, prevenção e controle desses atos, fornecendo informações contábeis que subsidiem as autoridades competentes na responsabilização dos envolvidos e na recuperação dos recursos desviados.

27. As Despesas de Exercícios Anteriores referem-se a gastos realizados em anos anteriores, que não foram empenhados ou pagos na época devida. A contabilidade desempenha um papel crucial no registro e controle dessas despesas, identificando sua natureza, valor, origem e o exercício ao qual se referem.
28. Podemos dizer que a demonstração das variações patrimoniais é uma ferramenta essencial para a transparência e prestação de contas no setor público. Ela fornece uma visão abrangente das variações no patrimônio líquido, permitindo que os órgãos de controle, os legisladores e a sociedade acompanhem e avaliem a gestão financeira da entidade pública.
29. A NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE - NBC TSP 05 estabelece os princípios fundamentais de contabilidade aplicáveis ao setor público, buscando padronizar as práticas contábeis e promover a transparência, a comparabilidade e a relevância das informações contábeis apresentadas pelas entidades governamentais.
30. Um município elabora suas demonstrações contábeis de acordo com as disposições da NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE - NBC TSP 01 e as divulga em seu portal da transparência. Dessa forma, os cidadãos podem acessar essas informações para entender como os recursos públicos estão sendo arrecadados, utilizados e gerenciados pela administração municipal, promovendo a accountability e o controle democrático sobre as finanças públicas. Um município elabora suas demonstrações contábeis de acordo com as disposições da NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE - NBC TSP 01 e as divulga em seu portal da transparência. Dessa forma, os cidadãos podem acessar essas informações para entender como os recursos públicos estão sendo arrecadados, utilizados e gerenciados pela administração municipal, promovendo a accountability e o controle democrático sobre as finanças públicas.
31. O controle das disponibilidades de caixa permite que as entidades públicas realizem um planejamento financeiro adequado, antecipando necessidades de recursos e evitando problemas de insuficiência de caixa. Nesse sentido, a contabilidade fornece informações precisas sobre o fluxo de caixa, permitindo que os gestores públicos tomem decisões estratégicas baseadas na disponibilidade de recursos.
32. A Norma Brasileira de Contabilidade 16.8 estabelece critérios e procedimentos para a mensuração e evidenciação de ativos intangíveis no setor público. Esses ativos, que não possuem existência física, mas que representam valor econômico para a entidade, incluem direitos autorais, patentes, licenças e software.
33. Ao seguir os princípios e diretrizes da NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE - NBC TSP 01, os gestores públicos têm acesso a informações contábeis mais confiáveis e relevantes, o que facilita a tomada de decisões gerenciais estratégicas. Nesse sentido, podemos dizer que a contabilidade desempenha um papel essencial ao fornecer dados precisos sobre a situação financeira e patrimonial da entidade pública, subsidiando a formulação e implementação de políticas e estratégias para o alcance dos objetivos governamentais.
34. Entende-se por excesso de arrecadação a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.
35. O departamento de contabilidade de uma prefeitura identifica irregularidades nos registros contábeis relacionados a contratos públicos. Essas irregularidades levantam suspeitas de fraude ou desvio de recursos públicos, configurando possíveis atos de improbidade administrativa. A contabilidade colabora com as autoridades competentes, fornecendo documentação e informações contábeis que subsidiem as investigações sobre o caso.
36. Um município tem despesas empenhadas para aquisição de equipamentos de saúde no final do ano fiscal. Essas despesas devem ser registradas pelo departamento de contabilidade como "Restos a Pagar", juntamente com informações detalhadas sobre cada empenho, como o fornecedor, valor e data de empenho.
37. Após a realização da licitação, um contrato administrativo é firmado entre o órgão público e a empresa contratada para prestar serviços de construção civil. Nesse sentido, o departamento de contabilidade é responsável por registrar os lucros relacionados ao contrato, além de monitorar os pagamentos realizados e garantir que os recursos sejam utilizados de forma eficiente e em conformidade com o contrato estabelecido.
38. Um governo estadual divulga em seu relatório anual de prestação de contas informações sobre as Despesas de Exercícios Anteriores identificadas e que pode ser paga ao longo de dois anos correntes consecutivamente. Nesse sentido, o departamento de contabilidade fornece detalhes sobre a natureza, valor e origem dessas despesas, promovendo a transparência e a accountability na gestão dos recursos públicos.
39. Imagine que uma prefeitura esteja elaborando seu orçamento anual de acordo com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 4.320/1964. O contador público é responsável por garantir que o orçamento seja elaborado de acordo com os princípios contábeis estabelecidos na lei, como o princípio da unidade, da universalidade e da exclusividade. Isso envolve a classificação adequada das receitas e despesas, a identificação das fontes de financiamento e a elaboração de projeções financeiras realistas.
40. O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) é uma ferramenta importante para o monitoramento do cumprimento dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A contabilidade desempenha um papel fundamental na elaboração desse relatório, fornecendo informações precisas sobre as receitas, despesas, dívidas e demais obrigações fiscais da entidade pública.
41. Um município utiliza os procedimentos contábeis orçamentários da Portaria-Conjunta STN/SOF nº 02/2016 para elaborar seu relatório de gestão fiscal trimestral. O departamento de contabilidade segue os procedimentos estabelecidos na portaria para registrar e demonstrar o cumprimento dos excedentes fiscais previstos na Lei de Controle Financeiro. Isso permite que os cidadãos acompanhem de forma transparente e detalhada a gestão financeira do município e exijam prestação de contas dos gestores públicos.

42. Uma prefeitura adquire um terreno para a construção de uma escola pública. Inicialmente, o terreno deve ser registrado pelo custo de aquisição, incluindo despesas relacionadas como taxas de transferência e serviços de corretagem. Se o terreno foi doado, ele pode ser registrado pelo valor justo na data da doação ou em data posterior. Após a construção da escola, todos os custos incorridos durante a construção, incluindo materiais, mão de obra e outros custos diretamente atribuíveis, devem ser capitalizados como parte do custo do ativo imobilizado.
43. Durante o processo de análise de um pedido de licença ambiental, o departamento de contabilidade fornece informações contábeis que evidenciam a disponibilidade de recursos financeiros para a realização das medidas de compensação ambiental previstas no processo. Essas informações, apesar de não serem fundamentais, garantem que os atos administrativos estejam em conformidade com a legislação ambiental e que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente e transparente.
44. O SIAFI é um sistema utilizado pelo Governo Federal, Governos Estaduais e Governos Municipais para registrar e controlar as operações financeiras, orçamentárias e patrimoniais. Ele padroniza os procedimentos contábeis e facilita o registro e acompanhamento das transações, garantindo a integridade e consistência das informações contábeis.
45. A Lei nº 9.784/1999 exige a elaboração de relatórios e documentos que subsidiem o processo administrativo, fornecendo informações relevantes para a tomada de decisões pelos órgãos competentes.
46. Um órgão governamental utiliza relatórios contábeis para monitorar o saldo devedor em suas contas bancárias. Com base nesses relatórios, os gestores programam os pagamentos de fornecedores de acordo com a disponibilidade de caixa, evitando atrasos e garantindo o bom relacionamento com os fornecedores.
47. Uma prefeitura adquire uma licença de software para gerenciamento de dados municipais. O departamento de contabilidade, orientado pela NBC T 16.8, deve mensurar o valor do software com base no custo de aquisição, registrar como um ativo intangível e realizar a amortização ao longo da vida útil estimada da licença.
48. Um governo estadual desenvolve um Plano Plurianual com foco na expansão da rede de saúde pública, incluindo a construção de novos hospitais e a melhoria dos serviços de atendimento. Durante a elaboração dos orçamentos anuais subsequentes, a administração estadual deve garantir que as dotações orçamentárias reflitam os compromissos assumidos no PPA, destinando recursos adequados para cada projeto.
49. De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade 16.8, o controle interno é classificado em três categorias, sendo uma delas a normativa que corresponde às ações que propiciam o alcance dos objetivos da entidade.
50. Um estado desenvolve seu Plano Plurianual (PPA) estabelecendo metas claras para a redução da dívida pública e a melhoria do resultado primário ao longo dos quatro anos. Para monitorar o cumprimento dessas metas, o estado utiliza uma série de indicadores fiscais, como a relação dívida/dívida e o superávit primário. Durante a execução do PPA, relatórios trimestrais são elaborados pela equipe contábil e financeira, avaliando o desempenho fiscal em relação às metas estabelecidas. Se os relatórios indicarem que a meta de redução da dívida não está sendo alcançada, o governo pode adotar medidas corretivas, como a reavaliação de despesas e a melhoria na eficiência da arrecadação de receitas.
51. A Norma Brasileira de Contabilidade TSP 04 estabelece os princípios de contabilidade aplicados ao setor público, fornecendo diretrizes e normas contábeis que orientam o registro, a mensuração, a evidência e a divulgação das transações e eventos econômico-financeiros. Esses princípios visam a garantir a consistência, comparabilidade e relevância das informações contábeis no setor público.
52. A Lei Orçamentária Anual (LOA) estabelece a previsão de receitas e autoriza a realização de despesas para um determinado exercício financeiro. A execução orçamentária em conformidade com a LOA é essencial para garantir a estabilidade financeira e o cumprimento das políticas públicas. Nesse contexto, os contadores desempenham um papel fundamental na gestão financeira, assegurando que os recursos sejam apropriadamente utilizados e registrados de acordo com os princípios contábeis aplicáveis.
53. Um município publica regularmente relatórios financeiros que detalham as receitas arrecadadas, as despesas incorridas e o saldo disponível em cada conta. Esses relatórios são acompanhados por análises que destacam áreas de preocupação, como déficits orçamentários ou aumento significativo nos gastos. Nesse caso, podemos afirmar que os vereadores e demais membros de conselhos federais podem acessar essas informações e avaliar como o governo está utilizando os recursos públicos, permitindo uma maior prestação de contas na gestão pública.
54. Um governo municipal utiliza as informações contábeis geradas de acordo com a NBC TSP 04 para avaliar a viabilidade financeira de projetos de investimento em educação. Com base nessas informações, os gestores podem identificar fontes de financiamento, estimar os custos e benefícios dos projetos e tomar decisões informadas sobre alocação de recursos, visando promover a qualidade da educação no município.
55. Suponha que uma Lei de Diretrizes Orçamentárias municipal estabeleça como prioridade o investimento em programas de educação e saúde. O contador público tem a responsabilidade de garantir que os recursos alocados para essas áreas sejam utilizados de forma eficiente e transparente. Isso envolve a elaboração de relatórios financeiros precisos e o monitoramento constante da execução orçamentária para garantir que os gastos estejam alinhados com as metas e objetivos definidos na LDO.

56. Se um município utiliza um sistema de contabilidade patrimonial para registrar todos os seus bens, como prédios, veículos, equipamentos e terrenos, podemos dizer que é dever do departamento de contabilidade manter um inventário atualizado desses bens, incluindo informações detalhadas sobre sua localização, estado de conservação e valor contábil.
57. Conforme as normas de contabilidade pública, quando os empenhos do exercício não serão incluídos em Restos a Pagar, e após o cancelamento dos valores registrados no exercício anterior, a despesa é então inscrita em Restos a Pagar, com validade até 10 de dezembro do exercício seguinte.
58. Um governo estadual adota as Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público para elaborar seu Relatório de Gestão Fiscal trimestral. O departamento de contabilidade segue as normas para preparar o relatório, que inclui informações detalhadas sobre as receitas, despesas, dívidas e cumprimento dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Ao fornecer essas informações de forma transparente e estruturada, o governo demonstra seu compromisso com a prestação de contas e permite que os cidadãos avaliem sua gestão financeira.
59. Se uma secretaria estadual de saúde utiliza a demonstração das variações patrimoniais para analisar o impacto das receitas de transferências federais e das despesas com pessoal e serviços médicos, caberá ao departamento de contabilidade apresentar um relatório que destaque as variações patrimoniais significativas, como o superávit gerado por economias em compras de medicamentos.
60. Um órgão governamental está realizando uma licitação para contratar serviços de consultoria. O departamento de contabilidade deve fornecer informações sobre a disponibilidade de recursos, a previsão orçamentária para o contrato e a situação financeira da entidade. Essas informações são utilizadas para embasar a elaboração do edital de licitação e garantir que os requisitos legais sejam cumpridos.
61. Quando o tributo é anual, como é o caso do IPTU e do IPVA, o débito é inscrito em dívida ativa após dois anos correntes ao que ele se refere. Assim, caso o contribuinte não pague o IPVA de um ano, integral ou parcialmente, o débito será incluído na Dívida Ativa no início do segundo ano subsequente.
62. Suponha que um ministério federal esteja elaborando seu relatório anual de acordo com as diretrizes estabelecidas no Decreto nº 93.872/1986. O contador público é responsável por preparar os demonstrativos contábeis, como o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro e o Demonstrativo da Dívida Bruta e Líquida, garantindo que esses relatórios reflitam com precisão a execução do orçamento federal por meio do SIAFI.
63. De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade -NBC TSP 04 - a alocação de custos fixos diretos de fabricação às unidades produzidas é baseada na capacidade normal de produção. Capacidade normal é a produção média que se espera atingir ao longo de vários períodos em circunstâncias normais, levando-se em consideração, para a determinação dessa capacidade normal, a parcela da capacidade total não utilizada por causa de manutenção preventiva, de férias coletivas e de outros eventos semelhantes considerados normais para a entidade.
64. O ciclo orçamentário é um processo contínuo, dinâmico e flexível, por meio do qual se elabora, aprova, executa, controla e avalia os programas do setor público nos aspectos físico e financeiro. O ciclo corresponde, portanto, ao período de tempo em que se processam as atividades típicas do orçamento público.
65. Suponha que uma prefeitura tenha previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) a realização de despesas para a construção de uma creche municipal. O contador público é responsável por monitorar a execução dessas despesas, garantindo que os recursos sejam adequadamente aplicados de acordo com as diretrizes estabelecidas na LOA. Isso envolve a verificação dos contratos e pagamentos relacionados à construção da creche, a fim de assegurar que não haja desvios em relação ao orçamento aprovado.
66. Um cidadão acessa o portal de transparência do Governo Federal para consultar os gastos realizados por um determinado órgão. As informações disponíveis são geradas pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal e apresentam detalhes sobre as despesas, incluindo fornecedor, data e valor. Isso permite que o cidadão acompanhe de perto como o dinheiro público está sendo utilizado e exija prestação de contas por parte dos gestores.
67. A contabilidade desempenha um papel fundamental na preservação do patrimônio público ao registrar e controlar todos os bens, direitos e obrigações de uma entidade governamental. Por meio de sistemas contábeis adequados, é possível acompanhar a movimentação do patrimônio, identificar possíveis perdas ou danos e adotar medidas para sua proteção e conservação.
68. Suponha que um órgão federal esteja realizando despesas por meio do SIAFI, de acordo com o Decreto nº 93.872/1986. O contador público é responsável por registrar essas transações no sistema de forma precisa e tempestiva, garantindo que os gastos estejam de acordo com as categorias orçamentárias aprovadas e as normas estabelecidas no decreto. Isso envolve a identificação correta das fontes de recursos, a classificação adequada das despesas e a análise das movimentações financeiras para garantir a conformidade com as normas do SIAFI.
69. Um governo municipal necessita de recursos adicionais para a realização de obras emergenciais após uma enchente. Para isso, deve ser aberto um Crédito Adicional Suplementar por meio de um decreto do poder executivo, autorizando a utilização de recursos provenientes de uma reserva de contingência. Assim, cabe ao departamento de contabilidade registrar esse crédito de acordo com as normas contábeis aplicáveis e acompanhar sua execução.

70. Um estado divulga seu relatório de gestão fiscal em seu portal de transparência, disponibilizando informações sobre a evolução das dívidas. Para isso, o departamento de contabilidade deve utilizar uma linguagem técnica e objetiva na elaboração do relatório, facilitando o entendimento por parte da sociedade e promovendo a participação e fiscalização cidadã.

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS (de 71 a 100)

Julgue os itens que se seguem.

71. A utilização de palavras parônimas, como "cavaleiro" e "cavalheiro", é recomendada em contextos formais para enriquecer o texto e evitar repetições, mantendo a elegância do discurso.
72. Os programas antispymware são ferramentas especializadas projetadas para identificar, remover e prevenir a infecção por spyware, adware e outros tipos de software indesejado, utilizando técnicas avançadas de análise de comportamento, detecção de assinaturas e varreduras em tempo real, contribuindo para proteger a privacidade e a segurança dos usuários durante suas atividades online.
73. A expressão "aonde" é utilizada para indicar localização estática, sendo a forma correta em sentenças como "Não sei aonde deixei meus livros", nas quais não há sugestão de movimento.
74. O uso do artigo definido antes de nomes próprios pode alterar o significado da frase, como em "Vi João ontem" e "Vi o João ontem", onde a segunda frase sugere uma familiaridade ou especificidade maior em relação a "João".
75. A arquitetura descentralizada da Internet a torna resistente a certos tipos de ataques, como falhas de hardware localizadas. Assim, podemos dizer que a Internet é uma rede imune a ataques cibernéticos.
76. O Microsoft Office é uma suite de aplicativos para escritório que desempenhou um papel fundamental na evolução da computação pessoal e no aumento da produtividade no local de trabalho. Sua popularidade e ampla adoção foram impulsionadas não apenas pela qualidade e funcionalidade de seus programas, mas também pela integração eficiente entre eles, oferecendo aos usuários uma solução abrangente para suas necessidades de produtividade.
77. A segurança na Internet é uma preocupação contínua devido à diversidade de ameaças cibernéticas, incluindo malware (software malicioso), phishing, ataques de negação de serviço (DDoS) e explorações de vulnerabilidades de software.
78. Os pronomes relativos "cujo" e "cuja" concordam em gênero e número com o substantivo que antecedem, indicando posse.
79. Adjetivos compostos concordam integralmente com o substantivo que modificam, sendo sempre flexionados em gênero e número, como em "os alunos bem-informados" e "as alunas bem-informadas".
80. O processo de derivação imprópria ocorre quando uma palavra muda de classe gramatical e sua forma ortográfica é alterada. Por exemplo, a palavra "correr" (verbo) ao ser usada como substantivo na frase "O correr do tempo é inevitável" se transforma em "corrida".
81. Os pronomes oblíquos átonos, como "me", "te" e "se", devem ser utilizados após o verbo em todas as construções verbais, seguindo a norma culta da língua portuguesa.
82. Os firewalls são capazes de proteger redes e sistemas contra todos os tipos de ataques cibernéticos, incluindo ataques de negação de serviço distribuído (DDoS), intrusões de rede e explorações de vulnerabilidades de software.
83. O OpenOffice.org Writer é uma poderosa ferramenta de processamento de texto que oferece uma ampla gama de recursos, incluindo suporte a formatos de arquivo interoperáveis, como o Portable Document Format (PDF), e capacidades avançadas de formatação e automação de tarefas. Sua extensibilidade por meio de macros escritas em Basic, Python, Perl ou outras linguagens permite aos usuários personalizar e automatizar suas tarefas, aumentando a produtividade e a eficiência no ambiente de trabalho.
84. Os verbos defectivos são aqueles que não possuem conjugação completa em todos os tempos e modos verbais. Um exemplo clássico é o verbo "abolir", que não é conjugado na primeira pessoa do singular do presente do indicativo.
85. Os advérbios de intensidade podem modificar não apenas verbos, mas também adjetivos e outros advérbios, como exemplificado na frase "Ela é extremamente inteligente e fala muito rapidamente".
86. O OpenOffice.org Writer é o primeiro processador de texto a implementar nativamente o suporte à linguagem de programação JavaScript para automação de tarefas e criação de macros avançadas.
87. Os firewalls são componentes cruciais de arquiteturas de segurança cibernética, operando em níveis de rede e aplicativo, e empregam tecnologias avançadas, como inspeção profunda de pacotes, análise de estado e filtragem de aplicativos, para controlar o tráfego de rede e proteger os sistemas contra ataques externos e internos, contribuindo para a manutenção da integridade, confidencialidade e disponibilidade dos dados.
88. As locuções adverbiais são expressões formadas por duas ou mais palavras que funcionam como um advérbio, podendo expressar circunstâncias variadas como tempo, modo, lugar e intensidade. Um exemplo é a frase "Ele agiu de maneira inesperada", na qual "de maneira inesperada" é uma locução adverbial de modo.
89. Na frase "Ele tem medo de altura", a expressão "de altura" é um adjunto adnominal que qualifica o substantivo "medo".
90. A palavra "planalto" é um exemplo de formação por aglutinação, porque resulta da fusão das palavras "plano" e "alto", com alteração fonética significativa e perda de elementos originais.

91. O Microsoft Office é amplamente reconhecido como a primeira suíte de aplicativos de escritório a introduzir a funcionalidade WYSIWYG em seu processador de texto, o Word, na versão de 1989 para Windows.
92. O Windows, devido à sua arquitetura fechada e ao constante investimento em pesquisa de segurança, supera o Linux em termos de robustez e resistência a ataques cibernéticos. Esse fato se justifica porque a Microsoft tem implementado medidas significativas de segurança ao longo de todos os anos.
93. Nas orações subordinadas substantivas, a função sintática pode variar, assumindo papéis como sujeito, objeto direto, objeto indireto, complemento nominal, predicativo e aposto. Por exemplo, na frase "É necessário que você estude", a oração subordinada exerce a função de sujeito.
94. Os programas antivírus empregam algoritmos avançados de análise heurística, detecção de assinaturas, análise comportamental e inteligência artificial, integrados em uma estrutura complexa de segurança cibernética, visando identificar e neutralizar uma ampla gama de ameaças virtuais, desde malware convencional até ataques sofisticados de dia zero.
95. Os verbos abundantes possuem mais de uma forma para o particípio e são particularmente notáveis nesse aspecto, como "aceitado" e "aceito", ambos aceitos na norma culta.
96. A Internet é uma rede altamente complexa, baseada em uma arquitetura distribuída que opera em várias camadas, desde a infraestrutura física de cabos submarinos e satélites até os protocolos de comunicação de alto nível, como TCP/IP (Transmission Control Protocol/Internet Protocol).
97. A palavra "gente" quando usada na frase "A gente está cansada" comporta-se como um substantivo plural, devido ao uso de um verbo e um adjetivo no plural para concordar com ela.
98. O protocolo HTTP (HyperText Transfer Protocol) foi projetado para transferência de páginas web e, por isso, não pode ser utilizado para outros tipos de transferências de dados.
99. Embora tanto o Windows quanto o Linux tenham avançado consideravelmente em integração com serviços de nuvem, é no ecossistema Linux que a adaptação é mais fluida e abrangente. Isso se deve à natureza altamente modular e personalizável do Linux, que permite aos usuários ajustar o sistema operacional para atender especificamente aos requisitos de suas cargas de trabalho na nuvem.
100. Os antivírus modernos utilizam uma combinação de assinaturas baseadas em banco de dados, heurísticas comportamentais e técnicas de aprendizado de máquina para detectar e mitigar ameaças cibernéticas, incluindo malwares conhecidos e desconhecidos. Dessa forma, podemos dizer que os antivírus são capazes de proteger completamente os sistemas contra todas as ameaças cibernéticas, garantindo uma imunidade total contra malware, ransomware e outras formas de ataques virtuais.

RASCUNHO

PROIBIDO DESTACAR

RASCUNHO